

## UNIÃO EUROPEIA

# Parlamento Europeu quer legislação para carregador único de telemóveis até Julho

**A resolução recebeu o aval da maioria dos eurodeputados – a Comissão Europeia tem seis meses para definir regras específicas.**

**Karla Pequeno** · 30 de Janeiro de 2020, 15:08 (actualizado a 30 de Janeiro de 2020, 16:00)



A discussão sobre um carregador universal na União Europeia dura há vários anos LUSA/OLIVIER HOSLET

O Parlamento Europeu votou a favor da criação de regras que imponham a existência de um carregador único para todos os telemóveis – a resolução foi aprovada esta quinta-feira com 582 votos a favor, 40 votos contra e 37 abstenções. A Comissão Europeia tem até Julho de 2020 para definir medidas vinculativas para um formato de carregador

comum compatível com equipamentos móveis, incluindo telemóveis, *tablets*, leitores de livros digitais, câmaras inteligentes, e outros aparelhos electrónicos portáteis.

No texto da resolução, estes aparelhos são descritos como “instrumento fundamental para a plena participação na sociedade”, visto que permitem aceder rapidamente a serviços essenciais como “meios de pagamento, motores de pesquisa e dispositivos de navegação”. Além de facilitar o dia-a-dia dos consumidores, a resolução define como objectivo permitir que os consumidores façam escolhas sustentáveis e reduzir a quantidade de lixo electrónico.

Segundo dados citadas pelo Parlamento Europeu, são geradas **milhões de toneladas métricas de lixo** electrónico na Europa todos os anos (em 2016, o valor rondava as 12,3 milhões de toneladas) – é o equivalente a mais de 16 quilogramas por habitante. O curto tempo de vida de alguns telemóveis, que duram apenas alguns anos antes de serem trocados, é uma das causas.

“A situação actual produz um enorme volume de lixo electrónico completamente desnecessário que se estima ascender a 50 mil toneladas de carregadores obsoletos por ano”, notou, em comunicado, a eurodeputada do PSD Maria da Graça Carvalho, que é uma das autoras da resolução.

As novas regras estipuladas pela Comissão Europeia também devem